



Jane Araújo

Heráldito, presidente da CRE (E), e Garibaldi (D) recebem Danilo Türk

Presidente da Eslovênia diz que governa sem MPs

Ao receber o presidente da Eslovênia, Danilo Türk, Garibaldi Alves indagou se aquele país dispõe de instrumento semelhante à medida provisória. Türk disse que, em caso de urgência, tem que ir ao Parlamento em busca de apoio. O presidente esloveno conversou ainda com integrantes da Comissão de Relações Exteriores. **Página 2**

Aposentados têm garantia de votação

Projetos de interesse dos aposentados deverão ir a votação nos próximos dias, segundo acordo firmado ontem com o presidente do Senado. **Página 4**

Orkut, o paraíso da pornografia?

Na CPI da Pedofilia, presidente da SaferNet Brasil disse que Orkut é o principal canal de distribuição de material pornográfico ao público infanto-juvenil. **Página 5**

Projeto aperfeiçoa norma de fundação

Senadores de duas comissões vão redigir projeto para aprimorar legislação referente às fundações de apoio às universidades públicas. **Página 8**

Origem do dossiê acirra debate entre governo e oposição

Senadores da base governista cobram explicações de Alvaro Dias, que retruca: "Se soubesse quem vazou as informações, eu denunciaria"

A notícia do *Blog do Noblat* de que Alvaro Dias teria repassado à imprensa o dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique esquentou o debate. Senadores governistas, entre os quais Tião Viana, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, cobraram de Al-

varo a informação sobre quem lhe teria entregue o dossiê. José Agripino disse que o que importa é o fato de alguém do Executivo ter elaborado o documento. Arthur Virgílio anunciou nova denúncia à Procuradoria Geral da República contra Dilma Rousseff. **Página 3**



Moreira Matiz

Em debate marcado por divergências, Alvaro (à esq., sentado) ouve Agripino cobrar apuração de gastos com cartões

Presídio deve ter sala para ensino técnico



José Cruz

Ao lado de Demostenes, Maciel (E) preside reunião que também discutiu regras para suplente



Leopoldo Silva

A Comissão de Justiça aprovou ontem projeto que determina a instalação, em presídios, de salas de aula para cursos de ensino básico e profissionalizante. Objetivo da proposta, de Cristovam Buarque (*na foto em destaque*), é ajudar na reinserção de ex-presos na sociedade por meio da profissionalização. **Página 7**

Danilo Türk debate com presidente do Senado e membros da Comissão de Relações Exteriores relação com o Parlamento

Jane Araújo



Garibaldi (D) explica a Danilo Türk o funcionamento do bicameralismo brasileiro

Presidente esloveno diz a Garibaldi que governa sem MPs

Ao receber, ontem, o presidente da Eslovênia, Danilo Türk, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, indagou se aquele país dispõe de algum instrumento semelhante à medida provisória, que possa fazer prevalecer a vontade do Executivo sobre o Parlamento em situações de urgência e relevância. Türk respondeu que, em caso de urgência, tem que ir ao Parlamento em busca de apoio.

– Nosso governo é parlamentarista e baseado na coalizão. Sempre vai ser necessária uma coalizão no Parlamento. O problema é quando há necessidade de se aprovar um projeto que exige maioria. Essa tem que ser conseguida. Como presidente, não tenho poder para passar por cima do Parlamento – expôs Türk.

Em audiência com Garibaldi e integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o presidente esloveno

afirmou que seu país tem ainda um tribunal constitucional.

– Sempre podemos ir a esse tribunal para questionar a constitucionalidade de uma lei do Congresso. E, em caso de urgência, é sempre possível eu ir ao Parlamento para que uma medida seja aprovada. Mas isso ainda não aconteceu. No nosso sistema, o Parlamento está no centro e vamos conservar assim – disse.

Garibaldi explicou ao governante esloveno o funcionamento do bicameralismo do Legislativo brasileiro, assim como seus esforços, junto com o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, para que as Casas trabalhem em sintonia.

Vários senadores participaram da conversa, como o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), que exprimiu seu desejo de que a viagem de Danilo Türk por países latino-americanos traga proveitos para as nações do continente.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Garibaldi recebe líderes de reserva biológica

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe às 9h30 líderes da Reserva Biológica de Abufari (Rebio), do Amazonas; às 10h30, o deputado Geraldo Magela; às 11h, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo; às 12h, o deputado Alexandre

Postal, presidente da Unale; às 14h30, o senador Pedro Simon e membros da Família Franciscana do Brasil; às 15h, o ministro do STJ Humberto Gomes de Barros; e, às 17h30, Marcondes Gadelha, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Plenário

Às 14h, a sessão plenária é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

Linhas de crédito para investimento em produção de biodiesel

Está marcada para as 10h reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que tem em pauta projeto que busca estabelecer linhas de crédito específicas para

investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima na fabricação de biodiesel. Na pauta de oito itens

da reunião da CI, encontram-se vários projetos que alteram o Plano Nacional de Viação (Lei 5.917/73), incluindo ou modificando trechos de rodovias.

CPI dos Cartões Corporativos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos se reúne às 9h30 para apreciação de requerimentos.

Audiência debate situação de moradores de reserva

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, às 9h30, audiência pública para debater a situação dos moradores da Reserva Biológica Abufari – área de 288 mil hectares no município de Tapauá (AM). Entre os convidados

para o debate estão os presidentes do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Capobianco; e do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, Néilton Marques da Silva.

Combate à prostituição infantil

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa 13 itens, como o projeto que determina a perda de bens utilizados na prostituição de crianças e adolescentes e o pedido de audiência sobre o mercado informal com o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

CDR elege seu vice-presidente

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne para eleger seu vice-presidente.

Indicações de embaixadores

As indicações de Raul Campos e Castro, para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, e de Edgard Antônio Casciano, para o mesmo cargo na Síria, serão votadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, às 10h.

Garibaldi assina projeto de lei de incentivo ao teatro

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o projeto da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que cria incentivos ao setor teatral. A proposição, que colheu sugestões de atores e produtores, deve começar a tramitar na próxima semana na CE. Presidente da comissão, Cristovam

disse que o projeto poderá entrar em pauta na semana posterior.

– Eu o trouxe para que Garibaldi fosse o primeiro a assinar. Isso vai dar destaque ao teatro – afirmou.

Ele lembrou que a CE realizou audiências para debater as reivindicações do teatro, quando personalidades do setor fizeram uma peregrinação pela Casa, onde

foram recebidos por Garibaldi e visitaram o Plenário.

Cristovam explicou que o projeto será assinado por todos os membros da comissão. Ele previu a criação de uma secretaria para o teatro no âmbito do Ministério da Cultura. Empresas e pessoas físicas que investirem no setor também poderão receber incentivos fiscais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gerson Camata, Papaléo Paes, Epitácio Cafeteira, Efraim Moraes, Mão Santa e Romeu Tuma

Alvaro Dias afirma que “quem vazou [documento] está no Palácio do Planalto”, mas não cita nome, apesar das cobranças de senadores da base

Decisão sobre pedido para convocar Dilma se baseará na lei, diz Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ontem que já recebeu o requerimento apresentado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), destinado à convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Virgílio requer que ela apresente em Plenário explicações sobre suposto dossiê referente aos gastos de Fernando Henrique Cardoso quando presidente da República.

Indagado sobre que trâmite dará ao documento, Garibaldi Alves afirmou que o requerimento será lido e a assessoria jurídica da Casa dirá como será seu encaminhamento, o que poderá significar inclusão em ordem do dia.

– Eu quero assegurar que vou decidir de acordo com o Regi-

mento Interno e com a Constituição. Ninguém pense que eu vou dar uma resposta que não seja baseada na lei – assegurou.

– O senhor precisa consultar a Mesa, o Plenário ou apenas sua assessoria jurídica?

– Eu vou primeiro examinar esse aspecto diante do requerimento de Arthur Virgílio. Vou consultar se ele vai mais além.

Decisão

Virgílio disse esperar que o requerimento seja colocado em votação o mais rapidamente possível. Seu entendimento é que a ministra tem que explicar a divulgação dos dados que estavam guardados no Palácio do Planalto e cuja propagação ele interpreta como crime de responsabilidade.



Tião Viana (C) pediu a Alvaro Dias (D) esclarecimentos sobre quem divulgou informações acerca de gastos do presidente Fernando Henrique

Governo e oposição divergem sobre vazamento de dossiê

O dossiê sobre gastos sigilosos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua esposa, Ruth Cardoso, gerou ontem discussão em Plenário. O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), pediu esclarecimento sobre a notícia, veiculada no *blog* do jornalista Ricardo Noblat, de que o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) teria repassado o dossiê para a imprensa. O parlamentar paranaense disse que não caberia a ele apontar quem elaborou o documento, mas, sim, cobrar do governo providências em relação a mais esse escândalo.

A líder do Bloco de Apoio ao governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), considerou que Alvaro Dias deveria dizer quem está circulando com os dados.

Alvaro Dias rechaçou a proposta da líder.

– Se eu soubesse quem vazou as informações, eu diria. Ocorre que não sei. Sei quem é o responsável maior, que é quem comanda a Casa Civil. [A ministra] Dilma [Rousseff, da Casa Civil da Presidência da República] declarou em São Paulo que estava providenciando um levantamento sobre os

gastos do governo passado. Ela é responsável, não pelo vazamento, mas por administrar o setor – rebateu o parlamentar.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido ingressará na Procuradoria Geral da República com outra denúncia de crime de responsabilidade contra a ministra. O motivo seria a falta de resposta a requerimento de informações por ele apresentado, e aprovado pelo Senado em 2005, sobre os gastos com cartões corporativos.

– Ela [Dilma Rousseff] tinha as informações e não as forneceu. Incorreu em crime de responsabilidade – disse Virgílio.

Inversão

O líder do PSDB também pediu que os dados sobre gastos com cartões corporativos levantados pelo Tribunal de Contas da União sejam repassados aos senadores. Para ele, será “uma inversão de valores” se os documentos que estão com o assessor ficarem “longe dos olhos dos assessorados”, lembrando que o TCU é órgão de apoio ao Congresso Nacional.

Para o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), é

irrelevante saber quem repassou o dossiê a Alvaro Dias.

– É uma cortina de fumaça, atitude diversionista que tira o foco do que realmente interessa: os gastos irregulares com cartões corporativos neste governo – frisou.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) qualificou a acusação contra Alvaro Dias como “uma tentativa desesperada de inversão de um fato grave”. Heráclito enfatizou que o parlamentar pelo Paraná “cumpru com o seu dever ao receber as informações sobre o dossiê e usou sua prerrogativa legal de senador ao preservar a fonte”.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG), por sua vez, pediu a Alvaro Dias que divulgasse o nome de quem lhe entregou o dossiê. Ele contestou a versão de que a pessoa que divulgou o documento, usando levantamentos do Planalto, seja da base do governo. Na sua opinião, seria de uma ala que não quer ver a ascensão da ministra.

Já o senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que, se a elaboração do dossiê é um crime, o seu vazamento também o é.

Lula é quem deve ser questionado, afirma Alvaro Dias

Ao responder a pedido de esclarecimento do senador Tião Viana sobre a divulgação do dossiê sobre gastos com cartões de crédito corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o parlamentar paranaense respondeu que o governo Lula é que deve ser cobrado, não ele. O documento existe, ressaltou, e

“quem o vazou está no Palácio do Planalto”.

Alvaro Dias disse que viu o dossiê, assim como outros parlamentares. Mas o que importa, afirmou, é saber se é lícito usar a máquina pública para elaborar dossiês contra adversários políticos com o objetivo de confundir a opinião pública e “insinuar que

todos estão no mesmo balaio da indecência”, ou intimidar opositores “a fim de que percam o entusiasmo quanto à investigação”.

– O que cabe agora ao governo não é instituir uma comissão de sindicância para oferecer à opinião pública uma solução que o proteja, mas apresentar o responsável maior



Walton (D) diz a Marisa e Garibaldi (2º à dir.) que envio depende de requerimento da CPI

Marisa confia em alternativa para garantir acesso a dados do TCU

Após reunião com os presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues, a presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), disse que o tribunal não pode enviar as informações bancárias sigilosas e que fundamentaram o relatório sobre o uso abusivo desses cartões sem que o plenário da comissão aprove o requerimento necessário.

– Eu discordo e acredito que nós teríamos condições de ter essa oportunidade [acesso aos dados sigilosos]. Mas, também perguntei se a Mesa do Congresso ou do Senado pode fazer esse pedido, e ele (o presidente do TCU) disse que vai estudar essa possibilidade. Vou informar a todos os integrantes da CPI que tive essa conversa e que há um pequeno caminho, que é a Mesa

solicitar ao TCU essas informações – revelou.

Verdade

Marisa Serrano assinalou que o papel de um presidente de CPI é fazer justamente o que ela está fazendo: conversar com todas as pessoas que possam esclarecer dúvidas, procurar alternativas, encontrar caminhos e esgotar todas as possibilidades de manter a comissão atuante e em condições de cumprir o trabalho para o qual foi instituída, ou seja, garantir a verdade dos fatos.

A senadora disse também que só tomou conhecimento da existência do dossiê sobre gastos sigilosos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua esposa, Ruth Cardoso, quando foi publicada a reportagem da revista *Veja*. Para ela, o importante não é saber quem divulgou o dossiê, mas descobrir quem e por que o mandou fazer.

Presidente do Senado faz acordo com parlamentares e garante que nenhuma medida provisória será lida até a votação de projeto e requerimentos em benefício da categoria

Projetos sobre aposentadoria aguardam desobstrução da pauta

Acordo firmado ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, parlamentares, representantes do setor e os líderes do DEM, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), poderá viabilizar a votação nos próximos dias de projetos de interesse de aposentados e pensionistas.

Conforme explicou Paulo Paim (PT-RS), assim que a pauta for destravada – há uma medida provisória e um projeto de lei de conversão impedindo as demais deliberações –, nenhuma outra

MP será lida até que seja votado o PLC 42/07, que, em virtude de emenda apresentada pelo próprio Paim, estende aos aposentados a mesma política salarial aplicada ao salário mínimo.

Serão votados ainda dois requerimentos, também de Paim. Um deles solicita a dispensa, para o PLS 58/07 – que garante a recomposição das perdas salariais da categoria –, do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e remetido direto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão

terminativa. O outro requer urgência ao PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário.

Apesar de reafirmarem sua disposição em manterem a obstrução da pauta em protesto pela edição abusiva de MPs, Agripino e Virgílio se comprometeram a se empenhar pela votação dos projetos de interesse dos aposentados. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), não chegou a tempo de participar da reunião, mas Paim disse acreditar que a reivindicação sensibilizará a base governista.



Garibaldi (3º à esq.) reúne-se com lideranças partidárias, parlamentares e representantes dos aposentados e pensionistas

Couto fará greve de fome se projeto não for votado

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que, se o projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) relativo ao reajuste de pensões e aposentadorias (PLS 58/03) não entrar em pauta até a próxima quarta-feira, começará uma vigília em Plenário.

– Vou ficar aqui neste Plenário noite e dia. E depois de uma semana, entrarei em greve de fome, até que seja resolvido o problema dos aposentados.

O senador lembrou que o projeto de Paim – a quem chamou de “grande comandante” – já tramita na Casa há cinco anos.

– Não adiantam mais palavras. Agora, ou dá ou desce. Agora, tem que fazer. Agora, temos que dar um pouco do nosso sofrimento a essa classe.

Mário Couto disse que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, lhe assegurou que o projeto entra na pauta da ordem do dia tão logo sejam votadas as duas medidas provisórias que impedem outras votações. Na avaliação de Couto, há uma “ditadura política” que não permite a votação do PLS 58/03 no Senado.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Flávio Arns (PT-PR), Romeu Tuma (PTB-SP), Osmar Dias (PDT-PR) e Papaléo Paes (PSDB-AP) apoiaram Couto.

Paim anuncia vigília dos aposentados no Congresso

Paulo Paim (PT-RS) comunicou que os líderes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) estão em vigília permanente no Congresso, desde ontem, em defesa da votação do projeto de lei que atualiza os valores das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social e pela União (PLS 58/03).

O projeto deverá ser incluído na pauta da ordem do dia, que está trancada por uma medida provisória e dois projetos de lei de conversão com prazo de votação vencido.

Os aposentados também defendem a votação da medida provisória (MP 421/08) que reajusta o salário mínimo para R\$ 415 e de projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo de 2008 a 2023. Por sinal, Paim é autor de emenda a esse projeto, a qual estende o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo aos benefícios previdenciários.

Greve

Paulo Paim também disse torcer por um entendimento entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e os carteiros, em greve pela manutenção do adicional de periculosidade.

Falta de agentes sanitários agrava epidemia de dengue, diz Valadares

A falta de agentes sanitários foi apontada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) como agravante para a epidemia de dengue no município do Rio de Janeiro.

– Hoje a prefeitura dispõe de apenas 2,2 mil agentes para uma população de 5,8 milhões. Para se enfrentar a epidemia, seriam necessários 43 mil agentes sanitários, conhecidos como mata-mosquitos – afirmou.

Valadares sustentou que uma das soluções para a prevenção de epidemias é a aprovação do projeto de lei complementar (PLP 01/03) que regulamenta a Emenda 29, que trata da aplicação de recursos destinados ao financiamento das ações e dos serviços de saúde.



Leopoldo Silva

Valadares pede a aprovação da regulamentação da Emenda 29

Paulo Duque aponta diminuição progressiva da doença no Rio

Os casos de dengue no Rio de Janeiro “já estão diminuindo”, segundo Paulo Duque (PMDB-RJ), depois da mobilização dos governos municipal, estadual e federal. O senador agradeceu o apoio das Forças Armadas, que montaram hospitais de campanha para ajudar a superar a epidemia no Rio.

Duque observou que a cidade acabou sendo vítima da dengue pela situação de suas 570 favelas, onde falta saneamento básico e há água parada “por quase todo lado”, favorecendo a proliferação do mosquito transmissor da doença. Também elogiou a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado por ter realizado audiência sobre o tema.



Leopoldo Silva

Paulo Duque elogia audiência sobre a dengue no Senado

Dornelles elogia Santa Casa por disponibilizar seus serviços técnicos

Francisco Dornelles (PP-RJ) congratulou a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro pelo apoio oferecido ao estado no combate à epidemia de dengue. Segundo ele, os hospitais da Santa Casa estão colocando à disposição do governo estadual, gratuitamente, os serviços técnicos de seus servidores.

O senador informou que a Santa Casa está apta a oferecer 1.766 leitos em suas unidades hospitalares e ressaltou que a instituição, fundada pelo padre José de Anchieta, “protege o ser humano, sobretudo os pobres, do seu nascimento até a morte”.

Dornelles ainda cobrou do governo federal o cumprimento de acordo salarial assumido com as carreiras da Advocacia Pública da União.



Leopoldo Silva

Dornelles informa que hospitais da instituição oferecem 1.766 leitos

Mendes Ribeiro Filho presidirá CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) elegeu ontem, por aclamação, o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) para a presidência da comissão e o senador Gim Argello (PTB-DF) para a 3ª vice-presidência. A 1ª e a 2ª vice-presidências serão escolhidas pela minoria no Senado e na Câmara, respectivamente.

O líder do DEM na Câmara, ACM Neto (BA), reivindicou o direito de o DEM indicar o relator da comissão.

Mendes Filho manifestou intenção de criar uma subcomissão específica, no âmbito da CMO, destinada a apreciar o conteúdo das medidas provisórias de crédito extraordinário.



Leopoldo Silva

Colombo defende choque contra a carga tributária e a ineficiência

Colombo critica o excesso de impostos no país

Raimundo Colombo (DEM-SC) defendeu em Plenário “um choque contra a ineficiência e o excesso de impostos” no Brasil, caminho, a seu ver, para que o país consiga aumentar ainda mais seu crescimento e o bem-estar da população.

– No Brasil, o minuto da ligação de celular custa R\$ 0,53, enquanto na Argentina custa R\$ 0,24 e nos Estados Unidos, R\$ 0,28. Nas Américas, o preço médio do minuto de celular é de R\$ 0,32. A nossa gasolina também é uma das mais caras. Tudo por causa do excesso de impostos. Esses são apenas dois exemplos. Aqui, é mais difícil sobreviver – afirmou.

Rosalba destaca a qualidade do ensino da UFRN

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) homenageou da tribuna a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que completa, no dia 25 de junho, 50 anos de fundação.

– Trata-se de uma longa e bem-sucedida trajetória, que enche de orgulho os corações dos potiguares e que permite vislumbrar um futuro ainda mais radioso, de excelência no ensino, de plena interação com a comunidade e de consolidação da cidadania – disse a senadora.

Formada em Medicina pela instituição, Rosalba afirmou que a UFRN contribui de forma decisiva para a disseminação do conhecimento, a geração de emprego e renda, e o combate à exclusão social.

Dados apresentados demonstram que número de páginas pornográficas aumentou acima de 100% nos últimos dois anos. Relator da CPI da Pedofilia considera depoimento de Thiago Tavares o mais produtivo

Orkut é o “paraíso” da pornografia dirigida a crianças, diz especialista

O presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, disse à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia que o Orkut é o principal canal de distribuição de material pornográfico destinado ao público infanto-juvenil. A SaferNet, organização não-governamental que promove os direitos humanos na sociedade da informação, detectou um aumento de 107,82% na publicação de páginas destinadas a esse fim no site de relacionamentos do Google no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2007.

Conforme Thiago Tavares, 90% das denúncias sobre abusos de direitos humanos na internet estão relacionadas a publicações feitas no Orkut, das quais 40% dizem respeito à pornografia dirigida às crianças e aos adolescentes.

– O Orkut ainda é o paraíso da pornografia infanto-juvenil, entre outras razões por deficiência da legislação, pela falta de aparelhamento da polícia e pela ausência de uma política de



Thiago Tavares (E) apresenta dados abrangentes a Tuma, Malta e Demostenes

prevenção – afirmou Tavares.

O presidente da SaferNet informou ter encaminhado centenas de casos para investigação do Ministério Público, mas a apuração é dificultada por não haver lei regulando a atuação de provedores de internet e responsáveis por sites. Depois de polêmica ocorrida no ano passado, o Google concordou em retirar páginas com conteúdo pornográfico. O sistema de acompanhamento da SaferNet mostra, entretanto, que páginas retiradas são logo recriadas.

– Os provedores e sites não cooperaram, principalmente com a entrega de

provas, alegando que não há lei brasileira sobre o assunto. No caso do Google, a empresa alega que se rege por lei dos Estados Unidos – explicou Tavares.

Entre 2006 e 2007, o número de páginas de pornografia infanto-juvenil denunciadas à SaferNet cresceu de 17.148 para 38.760. No primeiro trimestre deste ano, foram criadas 13.375 páginas diferentes, crescimento de 100,04%. Segundo Thiago Tavares, a rede de computadores é usada para divulgar álbuns e trocar imagens.

Em meados de 2007, de 45.597 páginas denunciadas, 4.135 eram de pornografia infanto-juvenil. No total, 7.991 foram removidas, tendo passado 8,3 dias em exibição, embora o espaço de tempo entre a notificação do Orkut e a remoção tenha sido de até 61 dias.

Para o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), a reunião de ontem foi a mais produtiva. Ele ficou impressionado com a abrangência do relatório de 500 páginas da SaferNet.

Magno Malta cobrará compromisso do governo no combate à pedofilia

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), disse que pretende cobrar do presidente Lula compromisso com a luta contra a pedofilia, principalmente por meio da sanção imediata de leis sobre o tema. A legislação, acredita o parlamentar, será votada pelo Senado e pela Câmara antes do encerramento dos trabalhos da CPI, de modo que a Justiça passe a contar rapidamente com instrumentos para punir os pedófilos. Malta informou que já pediu audiência com Lula, por intermédio do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

As declarações de Magno Malta foram dadas logo após a audiência com o presidente da SaferNet do Brasil, Thiago Tavares, que denunciou a ausência de uma política de prevenção contra crimes cometidos pela internet, como a pedofilia. Em 2006, a

organização não-governamental participou de grupo de trabalho junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência para tratar do tema.

– Os estudos para adotar essa política foram engavetados – lamentou Thiago Tavares, que acredita não haver interesse em medidas nessa área, por exigirem investimentos na Polícia Federal.

Magno Malta e outros membros da CPI estão promovendo encontros com autoridades de áreas relacionadas para tratar do problema da pedofilia. Além do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que colocará um procurador à disposição da CPI, os senadores se reuniram ontem com o ministro da Justiça, Tarso Genro. Hoje, os integrantes do colegiado irão se encontrar com a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, para solicitar orientação daquela Corte no que diz respeito à elaboração de leis.



Leopoldo Silva

“Temos que fazer leis contra os criminosos, e não a favor deles”

Camata defende castração química de pedófilo

Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu, em discurso, a castração química de pedófilos condenados. Autor de projeto de lei (PLS 552/07) que regulamenta esse tipo de procedimento, o senador entende que a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia só fará sentido se endurecer a legislação.

– Eu me lembro que foi criada aqui, há muito tempo, uma CPI sobre o tráfico de drogas. Ela foi excelente, fez muita manchete, mas, no final, nós aprovamos uma lei para favorecer os traficantes. Nós consideramos que usar droga não é crime. Então demos um mercado para os traficantes. É inacreditável, mas nós fizemos essa lei – comentou, observando que a Organização das Nações Unidas (ONU) já advertiu que, se o uso de drogas não for inibido, não se acaba com o tráfico.

Irrecuperáveis

Em relação à prática de pedofilia, Camata informou que na Itália, França, Inglaterra e em alguns estados norte-americanos já é aplicada a castração química nesses criminosos. Isso porque, afirmou, já estaria provado que os pedófilos são irrecuperáveis.

– Nós tivemos recentemente, em São Paulo, um pedófilo que havia abusado de 12 crianças, ficou sete anos na cadeia e, no dia em que saiu, matou um menino.

O senador disse que seu projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) há quase um ano e ainda não tem relator indicado.

– Nós temos que fazer leis contra os criminosos, e não a favor deles.

ONG recebe denúncias sobre pedofilia na internet

A SaferNet Brasil é uma organização não-governamental que promove políticas públicas e ações de combate aos crimes cibernéticos relacionados aos direitos humanos, entre eles a propagação da pornografia infantil na internet.

Em parceria com o Ministério Público (MP), o Centro Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos oferece serviço de recebimento de denúncias anônimas on-line por meio de formulário no endereço www.denuncia.org.br.

O denunciante pode acompanhar o andamento da denúncia. Desde março de 2006, o intercâmbio com o MP levou à elaboração de mais de 6 mil páginas de relatórios e a 400 investigações só no estado de São Paulo.

De acordo com dados do Ibope/Net Ratings, o Brasil tem 40 milhões de usuários da internet. Em fevereiro de 2007, mais de 1,3 milhão de crianças de seis a 11 anos pertencentes às classes A e B acessaram a internet e ficaram conectadas ao serviço em média 15 horas e 26 minutos. Desse tempo, 64% era utilizado em salas de bate-papo e em serviços como de troca de mensagens. Além disso, 53% delas participavam de redes sociais, principalmente o Orkut.

As formas de assédio às crianças e adolescentes por parte dos pedófilos incluem a utilização de câmeras para obter gravações das vítimas para distribuição e mesmo chantagem.

Reunião conjunta vai abordar recadastramento fundiário, compra de terras por estrangeiros e financiamentos rurais na região. CRA deve fazer nova reunião com estados afetados

Comissões debatem com ministros a crise ambiental na Amazônia

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiu, a pedido do senador Sibá Machado (PT-AC), promover debate em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre a crise ambiental na Amazônia.

A audiência contará com a participação dos ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; do diretor-geral da Polícia Federal, Luís Fernando Corrêa; do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Alves Margarido Neto; e do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart.

O debate já havia sido aprovado na CMA em 25 de março e será realizado na Subcomissão da Cri-

se Ambiental da Amazônia. Por sugestão do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Comissão de Agricultura solicitou a inclusão, entre os convidados, de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A reunião vai abordar o recadastramento fundiário obrigatório dos imóveis rurais nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros; e a resolução do Conselho Monetário Nacional

que estabelece condições para o financiamento de empreendimentos rurais na região.

Gilberto Goellner (DEM-MT), com apoio do presidente da CRA, Neuto de Conto (PMDB-SC), propôs a realização de nova discussão sobre o tema com representantes de órgãos ambientais dos estados afetados pelas ações federais contra o desmatamento. Para Goellner, é preciso que haja um contraponto à opinião do governo.



Comandada por Neuto de Conto (D), CRA deve promover uma segunda reunião sobre o tema

João Pedro cobra estratégia de desenvolvimento

O senador João Pedro (PT-AM) cobrou uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia. Para ele, o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Parlamento da Amazônia (Parlamaz) é um passo fundamental para alcançar o objetivo.

– Esses dois fóruns são importantes para refletirmos a respeito da importância da Amazônia para o presente e para o futuro da Humanidade – declarou.

João Pedro cobrou ajuda do Ministério das Relações Exteriores na definição de escolha da nova direção da OTCA, criada em 1995 e sediada em Brasília, que está sem secretário-geral. Também



João Pedro: “Fóruns são importantes para desenvolvimento da Amazônia”

defendeu uma “rearticulação” do Parlamaz, que, apesar de existir desde 1988, não se reúne com a frequência do Parlamento do Mercosul, por exemplo. Por fim, anunciou sua participação em

uma reunião em Lima, no Peru, quando o Parlamaz será discutido com representantes de outros países que integram a região amazônica.

Na opinião do senador, os dois órgãos ajudarão o Brasil a superar os conflitos na região. O parlamentar defendeu a adoção de projetos de manejo florestal, para que se encerre a política de derrubada indiscriminada da floresta. João Pedro reivindicou ainda punição rigorosa para quem comete ilegalidades na Amazônia, pois a política de exploração fora de controle “está nos levando à bancarrota ambiental”.

O Brasil não tem representantes no Parlamaz desde 2001.



Na reunião da CAS, representantes de economistas e contabilistas divergiram sobre proposta

Para relator, projeto que regulamenta profissão de economista tem vícios

Expedito Júnior (PR-RO) manifestou preocupação com possível vício de iniciativa em projeto de lei (PLS 658/07) do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) destinado a atualizar e reformar a lei que regulamenta o exercício da profissão de economista (Lei 1.411/51). A declaração foi feita na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que discutiu a matéria com especialistas.

Relator da proposição na CAS, Expedito Júnior disse estar aberto ao entendimento visando encontrar uma saída para “salvar o projeto”, por meio da apresentação de um substitutivo. Para ele, “é possível defender que o Conselho Federal de Economia seja, na realidade,

uma autarquia especial e, assim, afastar o vício de iniciativa”.

Expedito informou que o texto tem pontos polêmicos, como o que torna privativas de economistas atribuições de outras profissões, como análises de orçamentos, típicas da Contabilidade, avaliação de empresas e estudos estatísticos.

Inácio Arruda discordou do relator e lembrou que, pela atual legislação, os conselhos são classificados como autarquias especiais, o que abriria espaço para uma decisão sobre o tema. Os senadores Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA) sugeriram o aprofundamento dos debates para que se encontre uma saída.

César Borges quer nova legislação para gás natural

A necessidade do aumento na oferta de energia para atender às demandas da economia nacional levou César Borges (PR-BA) a defender a aceleração dos investimentos na prospecção e produção de gás natural. Para ele, é preciso um marco regulatório que harmonize a convivência entre União e estados, com definição das diferentes etapas de movimentação do gás canalizado, evitando sobreposição ou invasão das competências, repartidas pela Emenda Constitucional 5. Por essa emenda, estados foram estimulados a criar companhias distribuidoras, e a concorrência foi incentivada com a



Para Borges, proposta legislativa deve harmonizar interesses de União e estados

quebra do monopólio da Petrobras. César Borges disse que está em tramitação na Casa o PLC 90/07, a Lei do Gás, que poderia dar segurança jurídica ao setor.

– A proposta deve convergir para a desverticalização e liberalização do setor – sugeriu.

Tuma cita iniciativas de sucesso para a melhoria da educação no Brasil

Romeu Tuma (PTB-SP) chamou a atenção para o lançamento do Novo Telecurso e para a pesquisa sobre receitas educacionais de sucesso em 37 municípios como meio de garantir “o direito à educação para todos”.

– O lançamento do Novo Telecurso e a superação de óbices pelo ensino municipal, graças à visão e à competência de educadores e ad-

ministradores, demonstra que quem sabe faz a hora – afirmou.

O telecurso é uma parceria da Fundação Roberto Marinho com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre outras instituições, que permite aos alunos assistir às aulas em escolas ou em casa, facilidade que estimula o retorno aos estudos, explicou o parlamentar.

– Há 27 mil telessalas espalhadas pelo país e, graças a elas, 5 milhões de brasileiros já puderam reprogramar o futuro – ressaltou.

Tuma explicou as mudanças no telecurso, como a atualização de livros e o acréscimo de disciplinas, como filosofia, artes, música, teatro e sociologia. A nova metodologia permite a inclusão de alunos com deficiência auditiva, por meio de

DVDs com tradução dos livros na Língua Brasileira de Sinais (Libras), e com deficiência visual, por meio de livros em braile.

Já a pesquisa do Ministério da Educação e do Unicef, frisou Tuma, encontrou receitas de sucesso em municípios, como valorização da leitura, acompanhamento do aluno, acesso à internet e incentivo à inscrição em cursos técnicos.



Receitas inovadoras podem garantir direito da educação a todos, diz Tuma

Adiada para quarta a votação de novas regras para suplente

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), remarcou para quarta-feira, dia 9, a votação das novas regras para suplente de senador. A reunião de ontem demonstrou, mais uma vez, a falta de consenso em torno do assunto entre os integrantes da comissão.

Demostenes Torres (DEM-GO), que elaborou substitutivo a partir de sete propostas de

emenda à Constituição, reconheceu que seu texto, como está, não tem chances de ser aprovado. Ele reiterou que, “se houver consenso quanto a uma nova proposta”, fará outro substitutivo. Ressaltou, no entanto, que, caso não haja acordo, manterá o texto.

Demostenes recomenda que os suplentes seriam os candidatos mais votados entre os não-eleitos. A medida é criticada por vários senadores.

Propostas prevêem convocação de deputado e até nova eleição

Demostenes Torres afirmou que existem três linhas básicas entre as propostas de novas regras para suplente de senador.

Uma delas prevê a extinção da figura do suplente. Em caso de vacância, seria convocado o deputado federal mais votado, desde que pertença ao mesmo partido ou à mesma coligação do senador eleito.

Outra tendência determina que o suplente, em caso de va-

cância, substituirá o senador apenas até que se realize nova eleição. Proposta (PEC 8/04) de Jefferson Péres (PDT-AM) se insere nessa linha.

A terceira vertente, explicou o relator, estabelece a eleição dos suplentes. Haveria uma chapa com o candidato a senador e dois candidatos a suplente: o mais votado seria considerado o primeiro suplente. O outro seria o segundo suplente.

Divergências dominam os debates entre os senadores

A mudança das regras para suplente de senador continua provocando polêmica na CCJ. Na reunião de ontem, as divergências entre os parlamentares predominaram durante o debate. Dos 81 senadores que compõem a Casa, 15 são suplentes.

Um dos temas controversos que envolvem a suplência é a sua legitimidade. Demostenes Torres argumenta que “a maneira como os suplentes são

escolhidos vulnera o princípio da representação, pois poucos são conhecidos pelo eleitorado, que faz sua escolha levando em conta apenas o titular”. O senador Lobão Filho (DEM-MA) disse discordar do entendimento do relator, observando que “os senadores suplentes são tão legítimos quanto os titulares”. Ele lembrou ainda que a escolha do suplente que compõe uma chapa não é feita pelo titular, mas pelo partido.



Marco Maciel (E), presidente da CCJ, ao lado de Demostenes, relator da matéria

De autoria de Cristovam Buarque, projeto objetiva garantir condições para viabilizar o oferecimento do ensino básico e profissionalizante aos detentos

CCJ aprova a instalação de salas de aula em presídios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que determina a instalação de salas de aula nos presídios para cursos de ensino básico e profissionalizante aos detentos. De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a proposta (PLS 217/06) foi acolhida por unanimidade, em decisão terminativa.

Cristovam ressalta que o direito constitucional à educação aplica-se igualmente a jovens e adultos mantidos em instituições prisionais, sendo obrigação do Estado oferecer programas educativos nas penitenciárias. O senador destaca que, ao prever a construção de salas de aula, o projeto supre condição essencial para viabilizar o oferecimento dos cursos.

Ao justificar seu voto favorável, o relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), observou que a proposição “contribui para a hu-



Senadores da Comissão de Justiça foram unânimes na aprovação da proposta

manização dos presídios e reduz o risco de reincidência dos egressos, que enfrentam dificuldade de reinserção na sociedade por falta de qualificação profissional”. Jefferson Péres (PDT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) destacaram a importância da iniciativa.

O projeto, que acrescenta dispositivo à Lei de Execução Penal

(Lei 7.210/84), já havia sido acolhido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na mesma reunião, foi lido relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) à indicação, para o Conselho Nacional do Ministério Público, de Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, que será sabatinado na próxima reunião.

Medida ajudará na recuperação dos presos, afirma Cristovam Buarque

Cristovam Buarque destacou que a exigência de instalação de salas de aula nos presídios, como prevê o projeto de sua autoria aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será importante para que os presos se recuperem e possam voltar ao convívio da sociedade com qualificação profissional.

– Sabemos que hoje os presídios são universidades do crime. Uma pessoa que comete um crime menor costuma sair de lá para cometer crimes maiores e mais

graves. A sala de aula pode ser a oportunidade para a recuperação desse preso – observou.

O senador pediu aos integrantes da CCJ que examinem outra proposta de sua autoria, que fixa um piso salarial para os professores de todo o país. Segundo ele, o governo federal deve tomar a frente do ensino em todos os níveis, estabelecendo carreiras em âmbito nacional.

Cristovam Buarque também aplaudiu os prefeitos de 37 municípios destacados pela Organi-



Para Cristovam, a sala de aula pode ajudar o detento a voltar para a sociedade

zação das Nações Unidas para a Infância (Unicef) por iniciativas educacionais de grande repercussão. O senador pelo Distrito Federal recebeu o apoio de Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Aprovadas regras para empresas de factoring

Parecer favorável ao projeto que regulamenta a atuação das empresas de fomento mercantil – prática conhecida por *factoring* – foi acatado ontem pela Comissão de Justiça (CCJ). A proposta (PLC 13/07) explicita as diferenças entre empresas de *factoring* e instituições bancárias, vedando às primeiras a captação de recursos e a oferta de empréstimos. E determina penalidades para desvios ou sonegação fiscal por meio da

atividade. A proposta, que teve voto favorável da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A compra de créditos gerados por vendas a prazo é uma das operações de *factoring* mais conhecidas, permitindo a uma loja que recebe cheques pré-datados, por exemplo, obter de imediato créditos que só entrariam no futuro. No entanto, explica a relatora, a falta de

legislação abre espaço para o desvirtuamento da atividade, considerando-se ilegal uma empresa de fomento mercantil que oferecer empréstimos a juros sem estar regulamentada pelo Banco Central.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também apontou desvios na atuação de empresas de *factoring* no país, fruto, segundo ele, da falta de legislação específica para atuação dessas empresas.

Proposta terá como objetivo corrigir falhas e melhor regulamentar as instituições ligadas a universidades



Wellington Salgado, entre Antônio Manoel (E) e Nelson Martin, dirige audiência da CCT

Comissões devem aperfeiçoar normas sobre fundações

Projeto destinado a aprimorar a legislação referente às fundações de apoio às universidades públicas será redigido pelos senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), conforme decidiu ontem o colegiado. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) participará da elaboração da proposta visando corrigir falhas nas normas dessas instituições, além de melhor regulamentar as suas atividades.

A sugestão sobre a proposta foi feita por Flávio Arns (PT-PR), durante audiência pública em que a CCT colheu depoimentos dos presidentes do conselho superior e do conselho fiscal da Fundação

de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), da Universidade de Brasília (UnB), respectivamente Antônio Manoel Dias Henriques e Nelson Martin.

Os dois estão afastados dos cargos por determinação da Justiça até que sejam esclarecidas denúncias de uso irregular de recursos da Finatec, incluindo R\$ 470 mil para mobiliar o apartamento funcional ocupado pelo reitor Timothy Mulholland.

Os senadores entenderam que há muitas falhas “éticas e morais” no relacionamento das fundações de apoio com as universidades, mas admitiram que não há desvios legais nas atividades prestadas.

Dirigentes de conselhos negam responsabilidade no uso de verba

Ao prestar depoimento perante a Comissão de Ciência e Tecnologia, os presidentes afastados de dois conselhos da Finatec, Antônio Manoel Dias Henriques e Nelson Martin, voltaram a afirmar que não foram os responsáveis pela utilização de recursos da instituição, no valor de R\$ 470 mil, para mobiliar o apartamento funcional ocupado pelo reitor.

– Entendo que esses recursos poderiam ter tido uma melhor destinação. Mas a aquisição do mobiliário não foi autorizada pelo conselho superior da Finatec ou pelo conselho fiscal, mas sim pela diretoria Executiva, que é composta por três diretores: um

diretor-presidente, um diretor-secretário e um diretor-financeiro – afirmou Antônio Henriques.

Por sua vez, Nelson Martin, que já havia prestado depoimento à CPI das ONGs, disse que a autorização para a compra do mobiliário foi feita pessoalmente pelo diretor-presidente da época, o professor Sadek Crisostomo Absi Alfaro.

Segundo Nelson Martin, as verbas para a compra dos móveis não saíram da rubrica destinada à pesquisa, mas sim de uma outra conhecida como “prestação de serviços” e que permite, conforme a legislação em vigor, a compra de tais equipamentos.

Osmar destaca a posição do Paraná em lista do Unicef

O senador Osmar Dias (PDT-PR) registrou a inclusão de cinco municípios do Paraná no ranking do Unicef das 37 cidades do país que se destacaram na adoção de iniciativas educacionais de grande repercussão nos níveis fundamental e médio.

A pesquisa, feita em parceria com o Ministério da Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em 2008, relacionou os municípios de Jesuítas, Marilena, Realeza, São Jorge do Oeste e Pinhais, no Paraná.

Segundo Osmar, esse fato se deve às inovações imprimidas pelas prefeituras, com práticas como a do ensino de resultados; integração das escolas do município ao mesmo método de trabalho; planejamento envolvendo os pais dos alunos; avaliações permanentes; e valorização dos professores. Em aparte, Flávio Arns (PT-PR) sugeriu voto de louvor aos prefeitos daqueles municípios.

Kátia é contra área quilombola em Marambaia

Kátia Abreu (DEM-TO) criticou, na terça-feira, as organizações não-governamentais que pressionam pela demarcação de áreas na ilha de Marambaia, no município fluminense de Mangaratiba, como área de quilombolas, isto é, pertencente a habitantes remanescentes de antigos quilombos. De acordo com a senadora, nunca houve um quilombo no local, onde vivem famílias de pescadores e que é usado como área de treinamento da Marinha.

– Queremos que os quilombolas do Brasil sejam verdadeiramente reconhecidos, que lhes sejam dadas as terras merecidas, e que elas sejam registradas, para que eles possam utilizá-las e possam retirar financiamentos bancários, mas não podemos permitir que determinadas ONGs, falsas ONGs interessadas, possam trazer transtornos à ordem neste país e descumprimento da nossa Constituição – argumentou a senadora.



Encontro que se realiza em Brasília tem o apoio do Senado e de outras instituições

Fórum Mulheres Brasil-África discute valorização de direitos

Ao som do *Hino Nacional* e da canção *Aquarela do Brasil*, cantados pelo Coral do Senado, começou ontem o fórum Mulheres Brasil-África e os Desafios neste Milênio. Estiveram presentes representantes das sociedades do Brasil e da África, que discutiram políticas de valorização dos direitos da mulher.

Com o apoio do Senado, representado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e pelo diretor-geral, Agaciel Maia, o evento foi idealizado pela Unifas/African, entidade criada a partir da União Feminina das Américas (Unifas). Presidida pela jornalista Margarida Chaulet, essa entidade sem fins lucrativos atua como agente congregador de movimentos das mulheres em todos os países da América e da África. Na ocasião, Agaciel Maia foi homenageado

por ter trabalhado, há 21 anos, na criação do símbolo da bandeira que representa o evento.

– O Senado brasileiro vem, há muito tempo, apoiando reivindicações no âmbito dos direitos da mulher e na igualdade de gêneros – afirmou o diretor-geral.

Paulo Paim fez palestra sobre o projeto de Estatuto da Igualdade Racial, elaborado em 2006. Depois de recitar um poema de sua autoria que fala das discriminações contra a mulher negra, o senador lembrou que o estatuto visa possibilitar a “definitiva libertação dos negros no Brasil”. Segundo Paim, idealizador do projeto, o texto agrega uma ampla legislação que consolida ideais de igualdade “difundidos desde as lutas de Zumbi dos Palmares”. O evento se encerra hoje, no Alvorada Brasília Hotel.

Carlos Dunga toma posse no cargo de senador



Carlos Dunga

que pediu licença do mandato por um período de 121 dias.

Ao saudar o novo senador, o líder do PTB, Epitácio Cafeteira (MA), enfatizou que os outros sete representantes do partido prestigiavam sua posse.

Carlos Dunga afirmou que lutará por mais recursos para o estado da Paraíba. Ele recebeu também cumprimentos de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Fernando Collor (PTB-AL), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Romeu Tuma (PTB-SP) e Efraim Morais (DEM-PB), na presidência dos trabalhos.

Tomou posse ontem, em Plenário, Carlos Dunga (PTB), suplente do senador paraibano Cícero Lucena (PSDB),

Ideli: mudanças no Fies beneficiam milhões de alunos

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou que as mudanças no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), anunciadas recentemente pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, deverão favorecer estudantes de todas as regiões do país.

– Eu queria realçar algumas das modificações porque elas são de fundamental importância para milhões de brasileiros que aguardam sua implementação para acessar o financiamento do ensino superior. Entre elas, cito a quitação do financiamento, cujo prazo foi ampliado para duas vezes o período de duração do curso. Também foi feita a extensão do financiamento do ensino superior a estudantes de mestrado e doutorado.